

# COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

## REQUERIMENTO Nº , DE 2024 (Do Sr. CAPITÃO ALDEN)

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para discutir os aspectos jurídicos da abordagem policial e a unificação dos protocolos e procedimentos de abordagem policial.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja aprovada a realização de Audiência Pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para discutir os aspectos jurídicos da abordagem policial e a unificação dos protocolos e procedimentos de abordagem policial.

Para tanto, proponho a indicação, como convidados, das seguintes autoridades e especialistas em segurança pública a serem debatidas conjuntamente com os nobres membros integrantes desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:

- Secretários de Segurança Pública dos Estados da Bahia, São Paulo e Santa Catarina: Representantes das Secretarias de Segurança Pública de diferentes estados, a fim de trazer perspectivas regionais sobre os desafios e práticas relacionadas à abordagem policial;
- Comandantes Gerais das Polícias Militares dos Estados da Bahia, São Paulo e Santa Catarina: Responsáveis pela gestão operacional das Polícias Militares em nível estadual, esses representantes podem oferecer insights sobre os procedimentos adotados pelas PMs em relação à abordagem policial;
- Dr. Rodrigo Victor Foureaux Soares - Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Oficial RNR da PMMG. Membro da Academia de Letras João Guimarães Rosa. Bacharel em Ciências Militares com Ênfase em Defesa Social pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais. Mestre em Direito, Justiça e Desenvolvimento pelo Instituto de Direito Público. Autor de livros jurídicos e de segurança jurídica. Fundador do site "Atividade Policial". Possui diversos textos



em seu site e nas redes sociais sobre aspectos jurídicos da abordagem policial;

- Felipe Rodrigues Moreira – Policial Militar, graduado em Gestão da Segurança Pública pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL e especialista em Táticas Policiais. Com histórico em combate real, especialmente em situações físicas e envolvendo facas, atua como instrutor de autodefesa policial. Participa como instrutor convidado em renomados eventos nacionais e internacionais de armas e combate urbano, incluindo o W2C, TEXASEXPOTIRO e COP INTERNACIONAL. Desempenha um papel fundamental como instrutor em cursos institucionais de Tática Policial e Operações Especiais. Como colunista do maior site sobre armas de fogo da América Latina ([www.infoarmas.com.br](http://www.infoarmas.com.br)), dissemina conhecimento e boas práticas na área de segurança.

## JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para a realização desta Audiência Pública é fundamentada na necessidade premente de discutir os aspectos jurídicos da abordagem policial e a unificação dos protocolos e procedimentos de abordagem policial. A abordagem policial é uma atividade essencial para a segurança pública, porém, sua realização deve estar em conformidade com os princípios constitucionais e legais.

Nos últimos anos, temos observado um aumento significativo das discussões e questionamentos sobre as práticas de abordagem policial, tanto no Brasil quanto em outros países. Incidentes que resultaram em violações de direitos humanos, confrontos desnecessários e uso excessivo da força têm levantado preocupações quanto à adequação dos protocolos e procedimentos adotados pelas forças de segurança.

Além disso, a falta de uniformidade e padronização nos procedimentos de abordagem policial entre os diferentes estados e instituições policiais tem contribuído para a inconsistência e ineficácia das práticas adotadas, dificultando a promoção da segurança pública de forma eficiente e respeitosa.

Nesse contexto, torna-se imperativo promover um debate amplo e multidisciplinar sobre os aspectos jurídicos envolvidos na abordagem policial, buscando identificar lacunas na legislação. Além disso, é fundamental discutir a necessidade de unificação dos protocolos e procedimentos de abordagem policial, visando garantir maior eficiência, eficácia e segurança nas ações realizadas pelos agentes de segurança.

Portanto, a realização desta Audiência Pública se faz necessária para proporcionar um espaço de diálogo entre autoridades, especialistas, representantes da sociedade civil e membros desta Comissão, com o objetivo de identificar desafios, propor



soluções e promover avanços significativos na área da segurança pública.

A audiência será uma oportunidade valiosa para a troca de experiências, conhecimentos e boas práticas, subsidiando a formulação de políticas públicas e medidas legislativas que contribuam para aprimorar a abordagem policial.

Em face do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do requerimento que ora se apresenta.

Sala das Sessões, em        de        de 2024.

Deputado CAPITÃO ALDEN

